

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

**ALAN SANTIAGO MURI GAMA**

**O USO INDISCRIMINADO DE ANALGÉSICOS PARA ALÍVIO DA DOR:  
SUAS CAUSAS E EFEITOS PARA SAÚDE**

**SÃO MATEUS-ES  
2021**

ALAN SANTIAGO MURI GAMA

O USO INDISCRIMINADO DE ANALGÉSICOS PARA ALÍVIO DA DOR:  
SUAS CAUSAS E EFEITOS PARA SAÚDE

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação.

**Orientador:** Dr. Giovanni Guimarães Landa.

SÃO MATEUS-ES

2021

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

G184u

Gama, Alan Santiago Muri.

O uso indiscriminado de analgésicos para alívio da dor: suas causas e efeitos para a saúde / Alan Santiago Muri Gama – São Mateus - ES, 2021.

45 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2021.

Orientação: prof. Dr. Giovanni Guimarães Landa.

1. Medicamentos – efeitos colaterais. 2. Automedicação. 3. Saúde da Família. 4. Profissionais da área de saúde. I. Landa, Giovanni Guimarães. II. Título.

CDD: 615.1

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

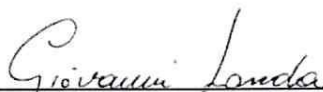
**ALAN SANTIAGO MURI GAMA**

**O USO INDISCRIMINADO DE ANALGÉSICOS PARA ALÍVIO DA  
DOR: SUAS CAUSAS E EFEITOS PARA A SAÚDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração a Educação e a Inovação.

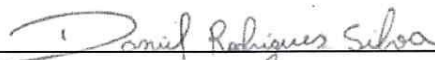
Aprovada em 16 de agosto de 2021.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



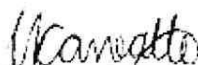
---

**Prof. Dr. Giovanni Guimarães Landa**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**  
**Orientador**



---

**Prof. Dr. Daniel Rodrigues Silva**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**



---

**Profa. Dra. Mayara Medeiros de Freitas Carvalho**  
**Centro Universitário de Caratinga (UNEC)**

A um senhor chamado Antônio. Sim, ao senhor, meu avô Meganha, como gostava de ser chamado. Homem batalhador, exemplo de pai, de cidadão. Homem que criou sua família com suor e no cabo da enxada! Tinha pouco estudo, mas todas as vezes que conversávamos ele dizia: "Alan, você precisa estudar. O estudo é muito importante".

Muito obrigado por todos os conselhos, meu avô Antônio Meganha!

In memoriam...

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me dar saúde, capacidade e condições, além de sempre colocar pessoas maravilhosas em meu caminho, as quais sempre me fizeram acreditar que eu conseguiria avançar, mesmo quando muitos e até mesmo muitas condições não eram a favor. Também agradeço a Deus por nunca soltar a minha mão e me guiar em todos os momentos.

Em especial a minha esposa Elizabeth, que nunca mediu esforços para me acompanhar e incentivar, mesmo quando eu pensei em desistir. Muito obrigado por tudo! Te amo demais.

Aos meus filhos Alan Jr, Antônio e André, que tiveram a minha ausência em alguns momentos, que tiveram paciência e até mesmo “me ajudaram” em alguns momentos. E quando expresso aqui que me ajudaram, é porque quando olhava e lembrava deles isso me dava força para continuar.

Agradeço a minha Mãe, Dona Alda, que sempre me aconselhou e orou por mim. A Senhora é uma ajudadora importantíssima!

Obrigado também aos meus familiares, que mesmo de longe me incentivaram a estudar. É isso aí não é Abel? Meu irmão do meio que sempre nas nossas conversas me dava algumas dicas. E porque não dizer que você Alex, meu irmão caçula, também sempre me incentivou. É muito bom saber que posso contar com vocês em todos os momentos. Amo vocês!

Agradeço também a minha Sogra Enedina e minha Tia Márcia por, em vários momentos, tomar conta da casa e dos meninos para eu poder estudar.

Não posso deixar de agradecer aqui a todos os nossos irmãos e irmãs em Cristo da Igreja Cristã Maranata de Carabuçu, Distrito de Bom Jesus – RJ, que sempre estiveram em oração pelas viagens e estudo. Vocês são especiais!

Ao meu orientador, Professor e Doutor Giovanni Guimarães Landa, pela oportunidade de realizar este trabalho. Obrigado pela confiança e por me atender com paciência todas as vezes que solicitei ajuda. Agradeço por todos os ensinamentos compartilhados de forma admirável, e por me guiar nos passos da minha dissertação. Muito obrigado por tudo!

Aos professores do programa de Mestrado em Educação e Tecnologia da FVC, pelos ensinamentos que transcendem os limites da Universidade. Aos funcionários dessa instituição, desde o profissional de limpeza e alimentação até todos de apoio à

gestão e secretariado, pela atenção dispensada e convivência agradável no dia a dia.

Obrigada a todos os alunos, mestrandos da Turma 8, que viajaram junto conosco e trocaram experiências. Obrigado por todo apoio ao longo desta caminhada.

Enfim, seria impossível aqui em tão poucas palavras conseguir elencar todos os nomes que colaboraram, de forma direta ou indireta, nessa jornada, mas fica aqui meus agradecimentos a todos e todas que assim o fizeram, mesmo não sendo citados nominalmente aqui. O meu muito obrigado!

homem saudável é aquele que possui um  
estado mental e físico em perfeito  
equilíbrio.

Hipócrates



## RESUMO

GAMA, Alan Santiago. **O uso indiscriminado de analgésicos para alívio da dor: suas causas e efeitos para saúde.** 2021. 45 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2021.

O uso de medicamentos sem orientação profissional, na maioria dos casos sem o conhecimento dos efeitos maléficos que podem causar, traz consequências que preocupam a área da medicina e congêneres por todo o mundo. Acredita-se que é preciso uma discussão ampla, acompanhada de ações de esclarecimento e conscientização da sociedade, especialmente das camadas mais simples da população, as quais, via de regra, são as que mais se utilizam da automedicação. Trazendo este assunto à baila, o presente trabalho de pesquisa dedica-se a analisar o uso indiscriminado de analgésicos para alívio da dor em suas causas e efeitos para saúde. Seu objetivo é discutir as informações existentes entre os pesquisadores sobre o tema. Os objetivos específicos são: discutir os aspectos que dizem respeito ao uso indiscriminado de medicamentos analgésicos para a automedicação, identificar os aspectos pertinentes ao uso da automedicação e o papel dos profissionais de saúde que assistem a comunidade; destacar a importância das ações educativas sobre a automedicação dos usuários e; produzir uma tecnologia educacional a partir da síntese e tradução do conhecimento identificado na literatura, a fim de gerar maior conhecimento que evite a automedicação. E a pesquisa dá-se com base em pesquisa teórica, com aprofundamento na literatura pertinente. Entende-se que o papel dos profissionais de saúde é de muita relevância para o esclarecimento e o combate a automedicação e aplicação do uso racional de medicamentos pela população.

**Palavras-chave:** Medicamentos. Conhecimento. Saúde da família. Profissional de saúde.

## ABSTRACT

GAMA, Alan Santiago. **The indiscriminate use of analgesics for pain relief: its causes and health effects.** 2021. 45 f. Dissertation (Professional Master in Science, Technology and Education) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2021.

The use of drugs without professional guidance, in most cases without knowledge of the harmful effects they can cause, brings consequences that concern the area of medicine and similar throughout the world. It is believed that a broad discussion is needed, accompanied by actions to clarify and raise awareness in society, especially in the simpler layers of the population, which, as a rule, are the ones that most use self-medication. Bringing this subject to the fore, this research work is dedicated to analyzing the indiscriminate use of analgesics for pain relief in terms of its causes and effects on health. Its objective is to discuss existing information among researchers on the subject. The specific objectives are: to discuss aspects related to the indiscriminate use of analgesic drugs for self-medication, to identify aspects relevant to the use of self-medication and the role of health professionals who assist the community; highlight the importance of educational actions on users' self-medication and; produce an educational technology based on the synthesis and translation of knowledge identified in the literature, in order to generate greater knowledge that avoids self-medication. And the research is based on theoretical research, deepening the relevant literature. It is understood that the role of health professionals is very relevant to clarifying and combating self-medication and applying the rational use of medicines by the population.

**Keywords:** Medicines. Knowledge. Family Health. Healthcare professional.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1 MEMORIAL.....	10
1.2 PROBLEMA.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
1.4 OBJETIVOS.....	13
<b>1.4.1 Objetivo Geral</b> .....	13
<b>1.4.2 Objetivos Específicos</b> .....	13
1.5 METODOLOGIA.....	13
<b>2 RESULTADOS</b> .....	16
2.1 USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS .....	16
2.2 A AUTOMEDICAÇÃO.....	18
2.3 AUTOMEDICAÇÃO COM ANALGÉSICOS E ANTI-INFLAMATÓRIOS.....	23
2.4 IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES EDUCATIVAS PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE AUTOMEDICAÇÃO JUNTO AOS USUÁRIOS.....	30
<b>3 O PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	33
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	37
<b>APÊNDICES</b> .....	41
APÊNDICE A – PROUTO FINAL: SEU ROMÃO E A AUTOMEDICAÇÃO.....	42

## 1 INTRODUÇÃO

A função dos medicamentos é importantíssima no contexto dos sistemas sanitários, tendo em vista que os mesmos melhoram a saúde e até salvam vidas (MARIN et al, 2003). A sociedade apresenta o seu uso como o modo mais comum de terapia. No entanto, existem problemas de saúde relacionados ao uso deles sem o devido acompanhamento. Desde a falta de estrutura no sistema de saúde até a propaganda de farmácias são considerados pontos de tensão desta problemática (DAL AGNOL, 2004).

O uso indiscriminado de medicamentos sem orientação profissional, na maioria dos casos sem o conhecimento dos efeitos maléficos que podem causar, traz consequências que preocupam a área da medicina e congêneres por todo o mundo. O acúmulo de produtos farmacêuticos no espaço doméstico é prova de que a sua presença é incentivada calorosamente.

O que os profissionais de saúde podem fazer para mudar este quadro? E é possível mudá-lo mesmo? Acredita-se que, no mínimo, deve haver uma discussão ampla e exaustiva, acompanhada de ações de esclarecimento e conscientização da sociedade, especialmente das camadas menos favorecidas, as quais, via de regra, são as que mais se utilizam da automedicação.

E no contexto do uso de medicamentos sem orientação e acompanhamento médico está a indiscriminada utilização dos analgésicos, pois trazem alívio imediato (ou quase imediato) das dores das pessoas. Os efeitos dos mesmos nem sempre são satisfatórios, tendo em vista que o organismo humano reage de formas diferentes às substâncias que lhes são administradas. Pois é de maneira particular que se deseja, através desta pesquisa de mestrado, tratar do assunto, com a preocupação de colaborar com a mudança de atitudes das pessoas, frente à realidade observada no cenário da saúde. Acredita-se que a diferença será feita para um número considerável de famílias que podem ser alcançadas pelos resultados da investigação proposta no presente trabalho, pois o conhecimento é importante para as mudanças..

### 1.1 MEMORIAL

Em meados do ano 2000, ingressei no Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, fato que me levou a uma aproximação com a área de saúde. Lembro-me

que nas aulas de primeiros socorros eu ficava bem atento às instruções dos professores.

Em 2002, surgiu então a oportunidade de entrar no curso de técnico em enfermagem e, a partir desse acontecimento, me identifiquei definitivamente com a área de saúde, apesar de até então ter preferência pela área de exatas.

Os anos se passaram e, em 2005, ingressei, através de concurso, na Petrobras. A partir daí, comecei a enxergar a área de saúde como prevenção, com as ações de educação continuada, com palestras, reuniões e treinamentos. Então, após alguns anos, comecei a fazer a graduação em Enfermagem e, nos dois últimos anos da faculdade, comecei a me interessar pela Estratégia de Saúde da Família (ESF), exatamente por esta ter a sua ênfase em prevenção e na educação continuada.

Nesse meio tempo, vi meu irmão, que começara bem depois de mim, se formar em enfermagem e ingressar no mestrado. Esse fator me impulsionou a realizar pesquisas. Então, no final da Faculdade, resolvi publicar um artigo, ao invés de fazer um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Conversando com minha orientadora e meu irmão, que por sinal me incentivaram muito, interessei-me pelo assunto sobre automedicação. Nesse momento meu irmão já preparava seu assunto do doutorado exatamente sobre “Automedicação em comunidades ribeirinhas do Alto Solimões”. As histórias e experiências que ele teve me impulsionaram a levar o tema à frente.

Meu artigo foi publicado com o título “Automedicação em alunos de graduação de enfermagem da Faculdade”. Formei no curso de Enfermagem. Em seguida, fiz o curso de pós-graduação em Enfermagem do Trabalho e Urgência e Emergência.

Faltava ainda preencher uma lacuna nessa história. Eu sempre envolvido com a área de docência, com os treinamentos e cursos. Então, em 2018, ouvi sobre o Mestrado na FVC. Fiquei interessado, mas as circunstâncias na época não permitiram que eu entrasse.

O tempo passou e, em junho de 2019, em uma conversa informal com um colega de trabalho que mora em São Mateus, ele falou que conhecia a instituição e poderia colher mais informações para mim. Então, no mesmo dia, me passou todas as informações necessárias e contatos. Foi quando decidi fazer o curso de Mestrado e também incentivar a minha esposa, que também é enfermeira, a enfrentar o desafio e fazer também.

Tinha, então, uma primeira missão, que era decidir o assunto para um projeto. Veio, assim, a lembrança do assunto automedicação e o pensamento de como unir

isso à Estratégia de Saúde da Família. Surgiu ali, de modo mais generalizado, meu “problema”: “Como o agente comunitário de saúde (ACS) pode intervir de forma educativa na racionalização do uso de medicamentos pelas populações rurais do município de Bom Jesus do Itabapoana – RJ?”. Assim, segui com as adaptações e adequações das minhas ideias.

Um detalhe importante é que a escolha do tema de pesquisa tem um significado particular, pois trata-se do fato de observar que o local onde vivi por mais de 20 anos, e também a terra natal dos meus pais e avós, vive a realidade da automedicação como algo comum a outras localidades deste nosso Brasil de dimensões continentais.

## 1.2 PROBLEMA

Considerando o fato de que a automedicação é uma realidade entre a população brasileira, surge a problemática: Quais as causas e consequências da utilização indiscriminada de analgésicos com o intento de aliviar a dor para a saúde da população?

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A automedicação, especialmente por analgésicos e anti-inflamatórios, deve ser criteriosamente avaliada, pois os efeitos adversos desses medicamentos são variados, podendo acarretar graves danos a saúde do indivíduo, haja vista que não existe um medicamento completamente inócuo, pois, como é uma substância estranha ao organismo humano, apresenta riscos, mesmo sendo administrado na dose recomendada (WANNMACHER, 2005).

A promoção do uso racional de medicamentos requer políticas eficazes e eficientes, além da correta colaboração entre os três segmentos: os profissionais de saúde, os pacientes e a comunidade. A compreensão adequada sobre os aspectos relevantes do uso de medicamentos por parte de todas as partes interessadas é essencial para impulsionar esforços colaborativos, a fim de abordar o problema da utilização de medicamentos por conta própria, mesmo que sejam simples analgésicos. Lidar com a questão do uso indiscriminado de analgésicos, visando, o oposto – o uso racional destes medicamentos – é considerada essencial, não apenas para melhorar

a prestação dos cuidados de saúde, mas também para garantir a segurança das pessoas.

Neste contexto, os estudos que buscam compreender e avaliar os motivos que levam a população a automedicação por analgésicos, com os seus consequentes resultados para a saúde entre a população, são importantes, especialmente para que se entenda a verdadeira realidade, com a real possibilidade de implementação de ações que previnam agravos à vida saudável.

## 1.4 OBJETIVOS

### 1.4.1 Objetivo Geral

Discutir as informações existentes entre os pesquisadores sobre o uso indiscriminado de analgésicos para alívio da dor pela população brasileira, apresentando as suas causas e consequências para a saúde.

### 1.4.2 Objetivos Específicos

Discutir os aspectos que dizem respeito ao uso indiscriminado de medicamentos e automedicação, especialmente os analgésicos;

Identificar os aspectos pertinentes ao uso da automedicação na população e o papel dos profissionais de saúde que assistem a comunidade;

Destacar a importância das ações educativas sobre a automedicação dos usuários, com especial ênfase nos analgésicos;

Produzir uma tecnologia educacional a partir da síntese e tradução do conhecimento identificado na literatura, a fim de gerar maior conhecimento que evite a automedicação e consequente uso indiscriminado de analgésicos pela população;

## 1.5 METODOLOGIA

Deseja-se ponderar sobre um assunto que se torna cada vez mais relevante, tendo em vista as diversas situações surgidas sobre a saúde da população, com destaque para a pandemia que atualmente tem acometido a todos. Este momento é peculiar – e bastante propenso à prática da automedicação, tendo em vista que um

dos sintomas e constatação da infecção pelo vírus da Covid-19 é a forte dor no corpo. O volume da população que pratica a automedicação tende a aumentar consideravelmente.

E para tratar metodologicamente do tema, são especificados aqui os seguintes passos, considerando que o trabalho tem como base a discussão bibliográfica: seleção de trabalhos acadêmicos que abordam a automedicação pela população, envolvendo conceitos, critérios, motivos, consequências e outros aspectos pertinentes

Após o levantamento da bibliografia, passa-se à leitura, exame e coleta das informações contidas nestas fontes, a fim de estruturar o texto da dissertação, acompanhada da contextualização e discussão dos pontos que se deseja que fiquem em evidência. Destaca-se que as fontes examinadas fazem parte de pesquisas realizadas por estudiosos nos variados espaços geográficos brasileiros de interesse acadêmico, por parte de órgãos públicos e também de instituições e agências da área da saúde.

Reafirma-se que a pesquisa é realizada por meio da revisão bibliográfica, apoiada em artigos científicos, livros, revistas e sites de destaque sobre o tema em apreço, tais como Scielo e Google acadêmico. Os termos usados na investigação são os seguintes: “automedicação”, “uso indiscriminado de analgésicos”, “uso indiscriminado de medicação”, “riscos de saúde”. Selecionou na pesquisa tanto trabalhos de revisão como estudos experimentais, sendo os mesmos publicados no período de 1990 e 2019. Também foi feita a exclusão das fontes com informações sem tanta relevância ou por se mostrarem repetitivas.

O uso correto dos instrumentos adequados à saúde comunitária, aliada às ações de envolvimento dos sujeitos, especialmente dos profissionais da área médica, diante das famílias assistidas, conduz a resultados de transformação na postura e comportamento dos indivíduos, com a prática de uma vida com maior qualidade e, conseqüentemente, mais saudável.

Considera-se aqui, portanto, o desenvolvimento e aspectos importantes sobre os dilemas enfrentados ante a automedicação e utilização indiscriminada de analgésicos, dentro do espaço de vida das famílias brasileiras. E a fim de que haja melhor compreensão de todo o escopo desta investigação, são apresentadas as suas respectivas partes, de forma que se mostre os detalhes de toda a caminhada realizada pelo pesquisador.



Desse modo, o primeiro capítulo é composto da Introdução, comportando o memorial do autor, com a sua trajetória de formação, suas experiências profissionais e seu vínculo com o assunto explorado na pesquisa. Constam ainda, nessa parte, a problematização, a justificativa do tema, os objetivos geral e específicos e apresentação da estrutura da dissertação.

No segundo capítulo estão presentes os Resultados, que visam discutir os posicionamentos compartilhados por especialistas e pesquisadores da área, com apontamentos para o uso indiscriminado de medicamentos, a automedicação, automedicação com analgésicos e a importância das ações educativas pelos profissionais de saúde sobre a utilização racional dos medicamentos para dores junto à população.

No terceiro capítulo é apresentado o instrumento elaborado pelo autor, com a estruturação de um manual de orientação sobre o uso correto de medicações e o combate a automedicação por parte das famílias. Trata-se, por conseguinte, da confecção do Produto Final, oriundo dos estudos e aprofundamentos do mestrando acerca do assunto e sua contribuição com as melhorias na qualidade de vida da sociedade.

O último capítulo, de número quatro, apresenta as Considerações Finais, quando o autor expressa seu ponto de vista, começando por seu apreço pelo processo que culminou na finalização da pesquisa, passando pelos percalços e dilemas enfrentados, por suas confirmações, por seu posicionamento conceitual, chegando às sugestões para futuras pesquisas envolvendo o tema aqui apreciado.

## 2 RESULTADOS

O conteúdo a seguir se dedica às discussões teóricas, como o próprio título já afirma. A partir de pesquisas e estudos já elaborados, traça-se um caminho de conceituações, comparações e posicionamentos. Tudo com o propósito de levantar argumentos que corroboram, com base na literatura, a existência e o enfrentamento da automedicação e o uso indiscriminado de analgésicos para alívio da dor pela sociedade.

### 2.1 USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

Os medicamentos desempenham um papel importante na prestação de cuidados de saúde e, quando usados adequadamente, podem ajudar a curar doenças, aliviar os sintomas e o sofrimento do paciente. No entanto, seu uso irracional continua a ser uma questão importante para a maioria dos sistemas de saúde em todo o mundo.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu que o uso racional de medicamentos (URM) ocorre quando os pacientes recebem medicações apropriadas às suas necessidades clínicas, em doses que atendem às suas próprias necessidades individuais, por um período de tempo adequado e ao menor custo para eles e sua comunidade. É também referido como os cinco direitos, isto é, o medicamento certo, na dose certa, pela via certa, na hora certa, para o paciente certo (OMS, 2012).

Um grande passo rumo ao uso racional de medicamentos foi dado em 1977, quando a OMS estabeleceu a primeira lista de modelos de medicamentos essenciais, a fim de ajudar os países a formular suas próprias listas nacionais. A presente definição de uso racional foi acordada em uma conferência internacional no Quênia, em 1985. Em 1989, a Rede Internacional para o Uso Racional de Drogas foi formada para conduzir projetos de pesquisa de intervenção multidisciplinar para promover o uso mais racional de medicamentos. Uma revisão de todos os estudos de intervenção publicados com desenho de estudo adequado foi apresentada na Primeira Conferência internacional para melhorar o uso de medicamentos na Tailândia, em 1997 (OMS, 2002).

Mais de 50% de todos os medicamentos universais são prescritos, dispensados ou vendidos de forma inadequada e 50% dos pacientes não tomam nota para

tomá-los com precisão. O uso indiscriminado de medicamentos atingiu novas conseqüências atualmente em termos de características terapêuticas, socioeconômicas e legais. Como resultado, muitos remédios são usados sem qualquer benefício terapêutico (REDEENNA, 2014).

Fernandes e Cembranelli (2015) relacionam como razões para o uso irracional de medicamentos a falta de informações, falta de comunicação entre os profissionais de saúde e os usuários, dificuldade de acesso aos serviços de saúde e propagandas comerciais das indústrias farmacêuticas, estimulando o consumo indiscriminado.

O uso excessivo, subutilização ou uso indevido de medicamentos resulta em desperdício de recursos escassos e riscos generalizados à saúde, ocasionando um impacto significativo especialmente nos países mais pobres, apesar de ser uma prática endêmica em todos os países, ocorrendo em todos os ambientes de cuidados de saúde, hospitais, clínicas privadas e residências.

É fato que,

O processo indutor do uso irracional e desnecessário de medicamentos e o estímulo à automedicação, presentes na sociedade brasileira, são fatores que promovem um aumento na demanda por medicamentos, requerendo, necessariamente, a promoção do seu uso racional mediante a reorientação destas práticas e o desenvolvimento de um processo educativo tanto para a equipe de saúde quanto para o usuário.

A produção e a venda de medicamentos devem enquadrar-se em um conjunto de leis, regulamentos e outros instrumentos legais direcionados para garantir a eficácia, a segurança e a qualidade dos produtos, além dos aspectos atinentes a custos e preços de venda, em defesa do consumidor e dos programas de subsídios institucionais, tais como de compras de medicamentos, reembolsos especiais e planos de saúde (BRASIL, 1998, p. 3).

Medicamentos são prescritos quando não são necessários; os pacientes são tratados com medicamentos errados, ineficazes ou inseguros; são usados com dosagem e duração incorretas, muitas vezes sem considerar interações medicamentosas potencialmente sérias, prejudicando a qualidade do tratamento medicamentoso. Nesse cenário, o gasto com assistência médica aumenta e as chances de reações adversas a medicamentos e o desenvolvimento de resistência antimicrobiana aumentam (LIMA et al., 2017).

A polifarmácia e a automedicação, sobre a qual se discorrerá a seguir, são exemplos do uso irracional de medicamentos. Não há um consenso sobre a definição de polifarmácia entre os profissionais de saúde, sendo as duas definições mais

utilizadas o uso de drogas potencialmente inapropriadas e o uso de cinco ou mais medicamentos, incluindo aqueles com prescrição e os utilizados sem receita médica. A polifarmácia é distinta da polimedicação, que é o uso de diversos medicamentos para tratar múltiplos problemas de saúde (SILVA et al., 2012).

O uso de um maior número de medicamentos por um paciente aumenta os riscos de reações e eventos adversos, menor adesão do paciente e maior fardo econômico. Sendo assim, a legislação brasileira se posiciona, com destaque para a divulgação dos medicamentos.

A propaganda de produtos farmacêuticos, tanto aquela direcionada aos médicos, quanto especialmente a que se destina ao comércio farmacêutico e à população leiga, deverá se enquadrar em todos os preceitos legais vigentes, nas diretrizes éticas emanadas do Conselho Nacional de Saúde, bem como nos padrões éticos aceitos internacionalmente (BRASIL, 1998, p. 6).

Outras consequências desta tão comprometida polifarmácia incluem interações medicamentosas levando à hospitalização, mudança do status funcional, comprometimento cognitivo, incontinência urinária e mudança no estado nutricional (SKINNER, 2015).

## 2.2 A AUTOMEDICAÇÃO

Este é verdadeiramente um tema que tem sido considerado com muita pertinência nos dias atuais. As pesquisas mostram que é um assunto que preocupa os profissionais da área de saúde, bem como as autoridades competentes. É realmente algo preocupante.

Os dados coletados em momentos recentes de pesquisa, com 2090 pessoas das cinco regiões brasileiras, em 120 cidades, constataram que não poucos brasileiros praticam a automedicação. Veja-se que,

[...] o índice de pessoas maiores de 16 anos que afirmam fazer uso de medicamento sem prescrição médica e/ou orientação farmacêutica tem crescido significativamente ao longo dos anos. Em 2014, 76,2% das pessoas entrevistadas diziam automedicar-se; já em 2018 esse valor cresceu para 79% (INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E QUALIDADE, 2018, apud BARSANTE, 2019, p. 17).

No Estado do Espírito Santo, por exemplo, em se tratando da automedicação, não é diferente do restante do território brasileiro. De acordo com dados do Centro de

Informação sobre Medicamentos do Espírito Santo (Ceimes), o Centro de Atendimento Toxicológico do Espírito Santo (Toxcen) notificou 289 casos de automedicação em 2016, e,

Dentro desse número, 69 casos ocorreram com menores de 14 anos que foram medicados pelos pais ou responsáveis sem orientação médica. “A faixa etária pediátrica mais afetada com a automedicação é a de 10 a 14 anos. Percebemos também que a medicação sem orientação médica nessas idades acontece principalmente com analgésicos, anti-inflamatórios e psicofármacos (antidepressivos)”, conclui Sesse. Coordenadora a instituição. Já entre os adultos, quem mais pratica automedicação são pessoas na faixa etária de 20 a 29 anos. Entre esse público é mais comum a automedicação com psicofármacos, analgésicos e anti-inflamatórios. (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2017, p. 2).

Os dados mostram, então, que a população capixaba, proporcionalmente, se mostra comprometida na utilização da automedicação, causando prejuízos enormes e consequências sérias para a vida das famílias envolvidas. Algo extremamente preocupante.

De acordo com Richetti (2008), automedicação consiste na prática da ingestão de medicamentos sem o aconselhamento/acompanhamento de pessoa que seja profissional habilitado na área de saúde. Outro modo de compreender é que a automedicação consiste em consumir determinado medicamento, caseiro ou industrializado, para a realização de tratamento ou alívio dos sintomas ou doenças, ou ainda com o propósito de promover a saúde, sem a prescrição de um profissional (SOUSA et al., 2008).

Segundo Kovacs e Brito (2006), a prática é considerada automedicação quando o indivíduo utiliza medicamentos sem prescrição médica, decidindo qual o fármaco que utilizará, incluindo a indicação ou prescrição deste por pessoas não qualificadas e/ou habilitadas, como familiares, amigos, dentre outros. Quando essa prescrição é feita por um balconista de farmácia, o ato é considerado exercício ilegal da medicina.

Há quem defenda o argumento de que este fenômeno cresce a cada dia na sociedade brasileira pela carência de profissionais habilitados, que possam prescrever ou orientar sobre o uso racional de medicamentos. Outros fatores também podem ser levados em conta como a escolaridade do indivíduo, suas relações étnicas e culturais, condições econômicas, políticas o que torna a automedicação um problema de saúde pública (RICHETTI, 2008).

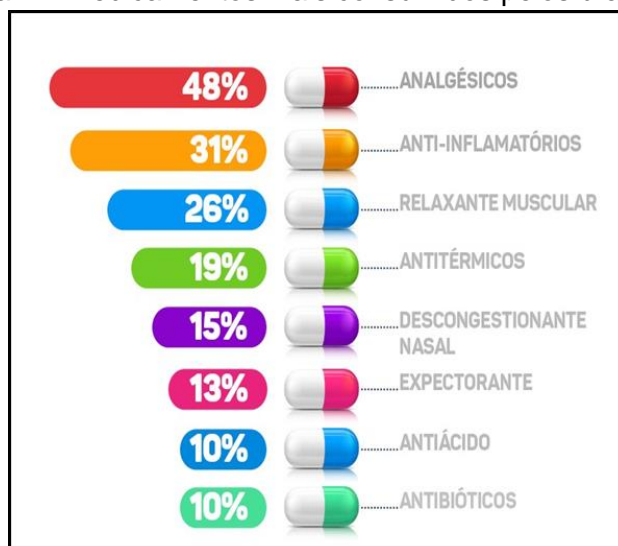
Vale destacar que a pesquisa citada a seguir, do Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade,

[...] contou ainda com a os principais responsáveis pela indicação de forma leiga dos medicamentos, e dados revelaram que a família, amigos e vizinhos estão entre os principais prescritores leigos e informais que incentivaram a automedicação. Esses dados mostram além da carência de informações da população atendida acerca da automedicação, o mau hábito de fazer uso de medicamento sem orientação certa e possíveis dificuldades ao acesso à serviços da saúde reafirmando a necessidade da difusão contínua de conhecimento consistente sobre o uso racional de medicamentos para a população (INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E QUALIDADE, 2018 apud BARSANTE, 2019, p. 17).

O setor de medicamentos de venda livre, ou seja, que não necessitam de prescrição médica, movimenta bilhões de reais anualmente, sendo responsável por cerca de 30% do mercado farmacêutico no país. Dentre estes fármacos, um dos mais vendidos são os analgésicos, amplamente comercializados e divulgados em campanhas publicitárias. E o marketing que se mostra envolvido na comercialização de inúmeros medicamentos de venda livre atrai a população de tal maneira e tão fortemente, que a venda, especialmente por canais de comunicação, envolve uma vultosa quantia de dinheiro.

Pesquisa realizada pelo Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade (ICTQ), em 2019, verificou que os analgésicos e anti-inflamatórios estão entre os medicamentos mais consumidos pelos brasileiros sem prescrição médica, como mostrado na Figura 1.

Figura 1 – Medicamentos mais consumidos pelos brasileiros



Fonte: ICQT (2019);

Segundo Araújo et al. (2015), quase todos os brasileiros andam com comprimidos de analgésico nos bolsos e bolsas e cerca de 89% toma algum medicamento sem nenhuma prescrição quando sentem dor. Tal situação vem preocupando os profissionais de saúde, pois estes medicamentos podem mascarar a dor, que é um sintoma de que está havendo alguma alteração fisiológica que pode acarretar alguma doença.

Neste sentido, Marconato (2006, p. 20) destaca que,

[...] o farmacêutico deveria ser o principal conhecedor no que tange a dispensação de medicamentos, precisando estar atualizado e instruído para proceder a intercambialidade ou substituição de medicamentos de referência por genéricos com eficácia e credibilidade. Entretanto a atual realidade destes profissionais deixa a desejar.

Há espaço, então para os prescritores leigos e informais, que levam os indivíduos a se automedicarem. Esta prática é tão comum, que não causa nenhum estranhamento entre os grupos sociais, mesmo entre os mais esclarecidos. Dentre estes prescritores, os mais frequentes são a família, os balconistas de farmácia, amigos, vizinhos e artistas. Estes últimos através da propaganda veiculada pelas mídias. Sobre esta prescrição leiga e comprometedora, são postas informações observadas na figura 2, mostrada logo abaixo.

Figura 2 – Principais prescritores leigos e informais no Brasil



Fonte: ICQT (2019).

Em uma sociedade moderna, onde as pessoas, em sua maioria quase absoluta, buscam o imediatismo, inclusive no restabelecimento da saúde, além das dificuldades de acesso aos serviços de saúde, da propaganda apelativa das indústrias farmacêuticas, são fatores que contribuem para a automedicação (BÁRTA; OLIVEIRA, 2010).

Fatores políticos, econômicos e culturais vêm contribuindo para o aumento da automedicação em todo o mundo, tornando este um problema de Saúde Pública. De acordo com Franco et al. (2009), diante de uma maior disponibilidade de fármacos no mercado, o usuário passa a ter maior familiaridade com os medicamentos, situação agravada pelos fatores já citados acima.

A automedicação, quando praticada corretamente, contribui para reduzir custos do sistema de saúde pública, no entanto, o incentivo ao uso indiscriminado realizado pelas indústrias, acarreta problemas graves, tais como o aumento da resistência bacteriana aos antibióticos; alergias; intoxicações e até mesmo hemorragia cerebral, dentre outros problemas (DOMINGUES et al., 2017).

A automedicação inadequada, assim como uma prescrição errada, pode ocasionar efeitos indesejáveis, mascarar doenças evolutivas e enfermidades iatrogênicas. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS), estão disponíveis no mercado brasileiro mais de 32 mil medicamentos, onde diversos fármacos que deveriam ser vendidos somente com prescrição médica são comercializados indiscriminadamente nas farmácias que, no Brasil, não é reconhecida como uma unidade de saúde, mas como um ponto comercial, situação que estimula a automedicação (ARRAIS et al., 2016).

Dados da Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (ABIFARMA) demonstram que, no Brasil, cerca de 20 mil pessoas vão a óbito anualmente devido à automedicação e cerca de 80 milhões possuem o hábito de tomar remédios sem prescrição médica. Nesse contexto, ainda se buscam soluções para a fiscalização e proibição de práticas inescrupulosas por parte dos órgãos de Vigilância Sanitária (ACKERMANN, 2011).

Em geral, o consumidor não possui conhecimento para distinguir e escolher o melhor recurso terapêutico disponível ou avaliar a gravidade do seu problema, sendo necessário que um profissional prescreva o fármaco mais eficaz. A prescrição é uma atribuição legal, sendo necessário conhecimento real de farmacologia, quanto a ações, usos e esquemas de administração dos medicamentos, envolvendo questões



legais, técnicas e clínicas, sendo seus responsáveis sujeitos à legislação de controle e as ações de vigilância sanitária (DRESCH, 2008).

Constitui-se em um fenômeno muito nocivo à saúde individual e coletiva, pois nenhum medicamento é inócuo ao organismo e o uso indevido, mesmo daquelas drogas consideradas comuns, como os analgésicos, pode causar diversas consequências, como resistência bacteriana, reações de hipersensibilidade, dependência, sangramento digestivo, sintomas de retirada e ainda aumentar o risco para determinadas neoplasias. Além disso, o alívio momentâneo dos sintomas encobre a doença de base que passa despercebida e pode, assim, progredir (VÍTOR et al., 2008).

Dentre os medicamentos mais consumidos sem prescrição médica, estão os analgésicos, que podem ocasionar reações adversas de dois tipos: reação alérgica verdadeira, a reação anafilática, relacionada ao mecanismo imunológico, sendo a mais frequente, podendo estar associada a angioedema, urticária e rash maculopapular, além de ataque de asma; e reação pseudoalérgica, que se caracteriza por ataques respiratórios com broncoespasmos (PRADO et al., 2016).

### 2.3 AUTOMEDICAÇÃO COM ANALGÉSICOS

A dor é um problema comum vivenciado por pessoas de todas as idades. Um analgésico é definido como “um composto capaz de produzir analgesia, isto é, que alivia a dor alterando a percepção de estímulos nociceptivos sem produzir anestesia ou perda de consciência”. Os analgésicos possuem basicamente três tipos principais: Analgésicos não-opioides (por exemplo, paracetamol, ibuprofeno e diclofenaco), analgésicos opioides (por exemplo, morfina, codeína e petidina) e analgésicos adjuvantes (por exemplo, ansiolíticos, antidepressivos e anestésicos locais) (AUTA et al., 2012).

Quando se analisa as pesquisas feitas entre grupos populacionais específicos, como a investigação feita por Gama et al. (2016), intitulada “automedicação entre acadêmicos de enfermagem em uma instituição particular de Ensino”, mostra que os analgésicos são usados de modo bastante comprometedor. Os estudos sobre a comunidade de estudantes pesquisada destacam que estes tinham acesso a inúmeros medicamentos em seus estágios de algumas disciplinas do curso – o que é normal para este segmento – experimentando a possibilidade de favorecimento da automedicação.

O estudo traz considerações importantes (GAMA ET AL, 2016, p. 155):

A dor em geral prevaleceu entre os problemas de saúde que levaram os estudantes a se automedicar, em acordo com o consumo de analgésicos, grupo de medicamentos utilizados em nosso estudo, em consonância com estudo realizado entre estudantes de enfermagem da Índia (GOEL; GUPTA, 2013) e entre estudantes universitários do Irã (SARAHROODI et al., 2010). O uso frequente de analgésicos constitui uma prática comum, aparentemente inofensiva, que no entanto, dependendo da dosagem, pode levar a intoxicação (AQUINO et al., 2010). A indústria de medicamentos oferece inúmeros produtos para o controle da dor, dos quais geralmente são classificados como medicamentos de venda livre (OTC), comercializados nos balcões das drogarias e farmácias. Fica o alerta pelo risco de mascaramento de doenças evolutivas das quais se manifestam por meio da dor, o que é mascarado pelo uso indiscriminado de medicamentos para dor, retardando o diagnóstico da doença.

Percebe-se que os dados constatarem os riscos do uso sem critério de analgésicos e suas consequências para aqueles que o fazem. O risco apontado de que a dor pode apenas disfarçar um problema maior de doença que tende a se agravar com o passar do tempo.

A pesquisa realizada com populações ribeirinhas na região amazônica brasileira (GAMA; SECOLI, 2019, p. 5) destacou, acerca dos motivos da automedicação entre os pesquisados o seguinte:

De modo geral, o estudo apontou que a prática de automedicação foi elevada entre os ribeirinhos, que foi ocasionada, sobretudo, pela presença de queixas álgicas de diferentes origens. Os principais medicamentos utilizados na modalidade de automedicação foram analgésicos, antimicrobianos e anti-inflamatórios. Os fatores associados à automedicação foram sexo masculino, pessoas no estrato etário 18 a 39 anos, o fato de não ter procurado o serviço de saúde e maior tempo (em horas) de deslocamento entre comunidade e zona urbana.

Os dados são detalhados e servem para ratificação daquilo que se deseja apresentar aqui com a tabela constante na figura 3 a seguir.

Figura 3 – Motivos e saúde relatados de acordo com os medicamentos utilizados na prática da auto- medicação

Motivos de saúde	Medicamento	n=360	%
Dor em geral <sup>†</sup>	ácido acetilsalicílico; ampicilina; carbonato de cálcio; diclofenaco; ibuprofeno; dipirona; nimesulida; paracetamol; paracetamol combinado excluindo psicolépticos; sulfadiazina; ciclobenzaprina; sulfato de magnésio; prednisolona; naproxeno; betametasona	209	58,1
Gripe	ácido acetilsalicílico; amoxicilina; ampicilina; dipirona; paracetamol; paracetamol combinado excluindo psicolépticos; tetraciclina; ambroxol; dexclorfeniramina	41	11,4
Inflamação <sup>††</sup>	amoxicilina; ampicilina; azitromicina; benzocaína; dexametasona; diclofenaco; dipirona; ibuprofeno; paracetamol; paracetamol combinado excluindo psicolépticos; penicilina de largo espectro; sulfadiazina; sulfametoxazol; tetraciclina;	26	7,2
Anemia	ácido ascórbico; cálcio glicerofosfato; complexo aminoácido ferroso; sulfato ferroso; ácido fólico; vitamina do complexo B; ômega 3 incluindo outros ésteres e ácidos	18	5,0
Febre	ácido acetilsalicílico; dipirona; paracetamol; sulfadiazina; sulfato de magnésio	17	4,7
Infecção do trato urinário	amoxicilina; cefalexina; sulfadiazina; metenamina	13	3,6
Problemas gastrointestinais <sup>†††</sup>	ácido acetilsalicílico; albendazol; hidróxido de alumínio; ibuprofeno; loperamida; omeprazol; ranitidina; sulfadiazina; sulfametoxazol; tetraciclina; metoclopramida	11	3,1
Hipertensão	ácido acetilsalicílico; captopril	11	3,1
Tosse	amoxicilina; paracetamol	4	1,1
Verminoses	albendazol; mebendazol	3	0,8
Alergia	paracetamol combinado excluindo psicolépticos; tetraciclina; prometazina	3	0,8
Contracepção	levonorgestrel e etinilestradiol	3	0,8
Reumatismo	diclofenaco; prednisolona	1	0,3

Nota: <sup>†</sup>Dor em geral: dor de cabeça, costas, muscular, articulações e abdominal; <sup>††</sup>inflamação: tendinite, artrite, inflamação de feridas, olhos, ouvido e garganta; <sup>†††</sup>problemas estomacais: diarreia, gastrite, azia e vômitos.

Fonte: Gama; Secoli, 2019, p. 5)

As informações postas pela pesquisa de Gama e Secoli (2019) demonstram que os motivos que conduzem a população a automedicação, além as dores em geral, também outras condições e saúde. Claro que com um percentual menores, mas observa-se desde situações simples, como por exemplo, de gripe, até hipertensão arterial.

Os medicamentos para dores comuns ao cotidiano dos usuários podem trazer consequências indesejadas, as quais parecem ser desconhecidas para as pessoas em geral. Um exemplo é o popular ácido acetilsalicílico (AAS). Acerca deste medicamento, tem-se que,

Analgésicos como o ácido acetilsalicílico pode provocar irritação estomacal e dificuldade na coagulação sanguínea, além de não poder ser ingerido de- pois de pequenas cirurgias e durante a menstruação. Já o paracetamol (Tylenol®) pode prejudicar o funcionamento do fígado, causando toxicidade hepática. A dipirona (Novalgina®) pode causar queda da pressão arterial, além de provocar em algumas pessoas uma doença rara, chamada agranulocitose, na formação de certos componentes do sangue (LIMA, 2007; MOSQUINI, 2011 apud FERNANDES, 2017, p. 12).

Vê-se também que há outros medicamentos que seguem os mesmos resultados, com comprometimento da saúde, ao invés de propriamente colaborar para a melhora da mesma. Este fato deveria mesmo preocupar os especialistas que lidam com tais produtos fármacos diariamente (farmacêuticos e atendentes de farmácia).

O fenômeno da automedicação com os medicamentos analgésicos no tratamento das dores é prática relatada por todo o planeta, especialmente com a classe dos AINEs, tendo a dor como principal sintoma mostrado em diferentes condições de saúde. Também se mostra como motivo capital que conduz o indivíduo a procurar pelos serviços de saúde. Existe uma gama considerável de estudos que mostram tal realidade. À guisa de constatação, tem-se que,

Na Turquia, um estudo demonstrou o uso de analgésicos não prescritos em cerca de 71,0% dos entrevistados, estando o risco de automedicação significativamente elevado de acordo com a faixa etária, o nível de educação escolar e fatores demográficos. Em Portugal, a automedicação ocorreu em 26,2% de uma amostra de população urbana, com diferenças nas prevalências entre grupos estratificados por sexo, idade, nível educacional e atividade profissional, estando o grupo terapêutico dos fármacos analgésicos entre os mais consumidos. Na América Latina, um estudo multicêntrico também confirmou a alta frequência de automedicação, inclusive com analgésicos, possivelmente relacionado à dificuldade de acesso a serviços de saúde. No Brasil, também foram registrados vários achados que mostraram possíveis fatores associados a esta prática, incluindo a faixa etária, sexo e número de consultas a médicos ou farmacêuticos nos meses que antecederam a pesquisa (DEMETRIO et al., 2012, p. 54-55).

As evidências são mesmo de que os analgésicos são utilizados pela população, independente da nacionalidade das pessoas. Isto leva a considerações as mais diversas, tais como: trata-se de hábito, facilidade em lidar com estes fármacos, segurança aparente na administração etc.

É bem verdade, também, que os fatores motivadores do uso acima são determinados pelo apoio dos técnicos, a saber, aqueles que comercializam os medicamentos junto aos usuários, pois a pesquisa e Demétrio (et al., 2012, p. 57) destaca que,

[...] chama a atenção ainda o fato de que muitos entrevistados (69,1%) relataram não terem recebido nenhum tipo de orientação para o uso dos medicamentos, já que se discute a importância da orientação no prognóstico de diferentes condições. [...]. Cabe aqui ressaltar o que alguns autores vêm discutindo sobre o papel do farmacêutico na automedicação responsável, incluindo o conhecimento do histórico do paciente, a identificação de problemas que devam ser encaminhados a outros profissionais e o monitoramento dos resultados do tratamento, entre outros. Tais medidas parecem bastante relevantes principalmente se considerarmos nossos achados sobre a ocorrência de compra de medicamentos para estoque domiciliar, para uso por outras pessoas ou indicada por terceiros, que propiciam seu uso inadequado.

Deve-se considerar também o fato de que os analgésicos são empregados em condições limitadas, o que deveria ser alvo da atuação de quem atende nos balcões das farmácias, orientando as pessoas no propósito de substituir os medicamentos por medidas que sejam não-farmacológicas. Este fato não pode, em nenhuma circunstância, ser ignorado ou subestimado já que não poucos pesquisadores indicam que a automedicação tem sido cotidianamente utilizada como substituta dos serviços e da atenção formalizada da saúde (a consulta médica especializada). Também a intervenção do farmacêutico se torna fator determinante para a administração correta da automedicação.

Vale também destacar que os anti-inflamatórios não-esteroidais (AINEs) são os fármacos comumente usados para a automedicação no tratamento da dor, febre, dor de cabeça, inflamação, dor muscular, cólicas menstruais, artrite, etc., a maioria dos quais são condições autolimitadas. As pessoas preferem a automedicação com medicamentos vendidos sem prescrição médica, em vez de procurar ajuda de profissionais de saúde, caso a condição seja leve a moderada (MOTA et al., 2010).

Dentre os anti-inflamatórios de venda livre, não prescritos, os AINEs são os mais consumidos. Apesar de geralmente apresentarem uma ampla gama de segurança e menores efeitos adversos, em comparação com medicamentos que exigem prescrição, seu uso inadequado pode levar a sérios efeitos adversos e interações medicamentosas, aumentando o risco de mortalidade e morbidade. Também pode levar ao aumento da taxa de internações hospitalares e custos de saúde (CASTELBRANCO et al., 2013).

A situação da automedicação é diferente nos países em desenvolvimento, em comparação com os desenvolvidos. Nos países desenvolvidos, a disponibilidade de medicamentos de venda livre nos supermercados aumentou sua acessibilidade. O custo de uma consulta médica também é alto, mas geralmente é reembolsado pelo seguro. Nos países em desenvolvimento, os serviços médicos são pobres e os profissionais de saúde não têm controle sobre o uso de produtos farmacêuticos pelos pacientes.

Drogas classificadas como medicamentos sujeitos a receita médica são frequentemente vendidos sem receita médica em países em desenvolvimento, sem indagar sobre alergias relacionadas a drogas e problemas médicos preexistentes que podem complicar o regime de tratamento e os medicamentos usados pelo paciente (PIOTTO et al., 2009).

Embora os AINEs forneçam benefícios ao aliviar os sintomas leves a moderados associados a doenças agudas ou crônicas, há também um risco aumentado de efeitos adversos associados ao seu uso. Irritação gástrica é o problema mais comum e o uso contínuo dessas drogas como monoterapia ou em combinação com outras drogas durante longos períodos de tempo está associado ao desenvolvimento de doença renal lentamente progressiva (THAPA et al, 2016).

Analgésicos e antitérmicos são os fármacos mais utilizados no Ocidente e, no Brasil, o paracetamol está entre os mais comercializados. Segundo Silva (2010), o paracetamol possui 35% do mercado brasileiro e está entre os analgésicos mais prescritos para crianças e adolescentes, sendo classificado como medicamento de venda livre, sem prescrição médica (ALVES et al., 2011).

O paracetamol é um fármaco que pertence à classe dos anti-inflamatórios não-esteroidais (AINEs), utilizado principalmente como analgésico e antipirético. Apesar de apresentar baixa atividade anti-inflamatória, tem se mostrado eficaz no alívio temporário de dores leves a moderadas associadas a dor de cabeça, resfriado comum, dores de dente, musculares, nas costas, cólicas menstruais, dores leves de artrite e diminuição da febre em bebês, crianças e adultos. No entanto, se utilizado em doses elevadas, o paracetamol pode ocasionar danos hepáticos e renais que se- rão irreparáveis, além de causar óbito em três a cinco dias após a ingestão (SILVA, 2010). O paracetamol, acetaminofeno ou N-acetil-p-aminofenol, descoberto aciden- talmente, ao mesmo tempo que os salicilatos, vem sendo utilizado desde 1878, sen- do comercializado sozinho ou associado, para aliviar sintomas relacionados a dores crônicas, processos virais, (SILVA, 2010).

Em doses usuais, o paracetamol é considerado seguro, mas em caso de su- perdosagem pode ocasionar danos hepáticos e renais, com possibilidade de morte por insuficiência hepática fulminante. Sua toxicidade se relaciona ao acúmulo do me- tabólito N-acetil-p-benzoquinoneimina, que causa necrose hepatocelular (ANVISA, 2014).

Segundo Alves et al. (2011), o Ministério da Saúde vem demonstrando caute- la na utilização deste fármaco em pacientes com dengue, devido à provável dificul- dade do controle da dor, o que acaba induzindo a administração de doses excessi- vas.

Em pacientes que utilizam outras drogas com potencial hepatotóxico, o risco de toxicidade pode aumentar e sua depuração metabólica se apresenta acelerada em

usuárias de anticoncepcionais orais. Dentre as interações medicamentosas, pode-se citar a redução das concentrações sanguíneas da lamotrigina, aumento dos efeitos da varfarina e neutropenia e/ou hepatotoxicidade quando administrado em conjunto com zidovudina (ANVISA, 2014).

Muito recentemente o Ministério da Saúde divulgou uma lista de medicamentos que podem ser adquiridos sem orientação médica formal. Isto possibilita uma compreensão mais segura (na verdade pode gerar mesmo uma falsa segurança para a população) e quais analgésicos, dentre outros fármacos podem ser usados.

O texto do documento do Ministério da Saúde tem o seguinte argumento introdutório:

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, em reunião realizada em 11 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Ficam instituídas as Listas de Medicamentos Isentos de Prescrição (LMIP) na forma dos Anexos I e II desta Instrução Normativa, e em atendimento à Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 98, de 1º de agosto de 2016 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021, p. 10).

A lista é consideravelmente extensa e aqui deseja-se citar apenas alguns dados, conforme a Figura 4, que pode ser vista logo abaixo.

Figura 4 – Lista parcial de medicamentos livres de receita

Ministério da Saúde - MS Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA					
	na + citrato de colina + betaina	biliar, lipotrópicos		mg/mL	metabólicos hepáticos.
7	Ácido acetilsalicílico	N02B - Analgésicos e antipiréticos	Comprimido	500 mg	Febre. Dores leves a moderadas, incluindo as associadas com cólicas menstruais e a gripes e resfriados comuns.
8	Ácido acetilsalicílico	N02B - Analgésicos e antipiréticos	Comprimido revestido de liberação prolongada	500 mg	Febre. Dores leves a moderadas, incluindo as associadas com cólicas menstruais e a gripes e resfriados comuns.
9	Ácido acetilsalicílico + ácido ascórbico (Vit. C)	N02B - Analgésicos e antipiréticos	Comprimido	400 + 200 mg	Sintomas da gripe e resfriado comuns, como febre e cefaleia.
10	Ácido acetilsalicílico + ácido ascórbico (Vit. C)	N02B - Analgésicos e antipiréticos	Comprimido efervescente	400 + 240 mg	Sintomas da gripe e resfriado comuns, como febre e cefaleia.
11	Ácido acetilsalicílico + cafeína	N02B - Analgésicos e antipiréticos	Comprimido	650 + 65 mg	Dores moderadas a fortes.
12	Ácido acetilsalicílico + maleato de clorfeniramina + cafeína	N02B - Analgésicos e antipiréticos	Cápsula dura	324 + 2 + 32,4 mg	Sintomas da gripe e resfriado comuns, como febre, dor, coriza e congestão nasal.
13	Ácido acetilsalicílico + maleato de dexclorfeniramina + cloridrato de fenilefrina + cafeína	N02B - Analgésicos e antipiréticos	Comprimido	400 + 1 + 10 + 30 mg	Sintomas da gripe e resfriado comuns, como febre, dor, coriza e congestão nasal.

Fonte: Ministério da Saúde, 2021.

## 2.4 IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES EDUCATIVAS PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE AUTOMEDICAÇÃO JUNTO AOS USUÁRIOS

A Política Nacional de Medicamentos, em suas devidas prerrogativas e atuação, preconiza a promoção do uso racional de medicamentos através de ações educativas dos profissionais de saúde junto aos usuários visando informar sobre os sérios riscos da automedicação, bem como sobre a necessidade da utilização do fár-



maco prescrito nas doses recomendadas e da continuidade do tratamento (BRASIL, 1998).

Devido à diversidade de medicamentos disponíveis de venda livre, o profissional de saúde tem menos controle sobre o seu uso, entretanto, deve sempre buscar informações junto aos usuários, a fim de evitar efeitos adversos devido à interação medicamentosa (MARTINS et al., 2011).

Os profissionais de saúde da atenção básica têm um papel importante na prevenção dos riscos associados à automedicação, pois estão em uma excelente posição para fornecer informações, dar conselhos, fornecer educação em saúde, devendo utilizar uma abordagem colaborativa para lidar com o problema. O farmacêutico pode desempenhar um papel fundamental, fornecendo informações relevantes sobre os medicamentos de venda livre, através de treinamento dos demais profissionais de saúde, identificando os problemas mais comuns, a fim de que estes possam reproduzir o conhecimento junto aos usuários, conscientizando-os dos perigos da automedicação (ASCARI et al., 2014).

O grande problema na automedicação é o fácil acesso aos medicamentos e também ao atendimento médico que é precário em alguns locais. Às vezes por falta de tempo, outros porque o custo é elevado, e outros porque é muito distante, e as desculpas para procurar um profissional são muitas. Algumas pessoas têm medo de ir ao médico e utilizar esse direito garantido pela constituição do serviço de saúde e de solicitar o atestado médico (BRASIL, 1988; 2002; MARQUESINI, 2011, apud FERNANDES, 2017, p. 10).

Portanto é importante que o indivíduo, ao se automedicar, esteja ciente da dose apropriada, da duração recomendada da terapêutica para a medicação e de qualquer outra informação adicional sobre um fármaco individual. Muitas pessoas se automedicam com analgésicos e anti-inflamatórios para doenças menores que devem ser estritamente controladas. No entanto, há uma necessidade de equilibrar o benefício e o risco para o uso de analgésicos, pois os analgésicos, mesmo em doses terapêuticas, provavelmente produzem efeitos adversos que podem levar à hospitalização, consequências econômicas e até à morte (HUGHES, 2003).

Como parte de qualquer consulta com médicos, farmacêuticos e profissionais de saúde, os pacientes devem ser incentivados a relatar o uso de qualquer medicamento, incluindo todos os produtos sem receita médica e aqueles que foram comprados em farmácias.

A conscientização dos produtos com maior probabilidade de uso indevido ou

abusivo pode ser uma estratégia alternativa no monitoramento da automedicação. Como mencionado anteriormente, os produtos de venda livre são passíveis de uso indevido e abuso. Após o diagnóstico e a recomendação de um produto, os pacientes precisam ser aconselhados adequadamente em relação à dose correta, a duração do tratamento e quaisquer efeitos secundários que possam ocorrer com a preparação, como forma de minimizar o seu uso indevido (ELY et al, 2015).

O espírito de autocuidado promove a escolha e o empoderamento para o paciente; no entanto, os pacientes precisam ser educados adequadamente, a fim de tomar as decisões corretas em relação à automedicação, devendo ser incentivados a fazer perguntas sobre medicamentos, especialmente aqueles disponíveis em estabelecimentos não farmacêuticos. Os pacientes que são pró-ativos na busca de informações são parceiros essenciais dos profissionais de saúde no monitoramento eficaz da automedicação. Tais parcerias podem ser fundamentais para promover o uso seguro e eficaz de medicamentos sem receita médica (HUGHES, 2003).

### 3 PRODUTO EDUCACIONAL

É importante levar em consideração o fato de que o Mestrado Profissional se dedica à estruturação e produção de ações que contribuam para o desenvolvimento regional, em seus aspectos sociais e econômicos, com aportes para transformações na realidade local, ou de modo mais amplo. Este Mestrado constitui-se como modalidade diferente de formação em nível stricto, que prioriza o atendimento aos profissionais de várias áreas do conhecimento humano, os quais estejam, em seus setores de trabalho, desenvolvendo ações que promovam a articulação entre as instituições de ensino superior e a sociedade.

Com esta compreensão, a pesquisa aqui desenvolvida se propõe, após as ações investigativas acerca da bibliografia existente dentro do assunto em voga, e entendendo o papel dos profissionais de saúde que se envolvem com os cuidados da saúde das famílias, elaborar o Produto Final.

Este produto consiste de um manual de orientação para uso com as famílias, com direcionamento para o alerta e orientação para os cuidados com o uso de medicamentos analgésicos e o combate a automedicação. Este manual, em forma de gibi ilustrado e autoexplicativo, consta de dados necessários para o conhecimento das pessoas acerca do tema. A sua linguagem é a mais clara possível, com palavras simples, acessíveis às pessoas leigas, levando em consideração o fato de que a população que verdadeiramente precisa deste produto, em sua ampla maioria, possui formação escolar mínima, ou mesmo totalmente ausente.

Vale dizer que se destaca no gibi a figura do Seu Romão, um agricultor que dialoga com seu compare sobre a situação de saúde passada no dia anterior e que fez com que se ausentasse do trabalho na roça. O Seu Romão explica, de modo simples, por quais motivos não se medicou em casa, mas foi à consulta com um especialista, o que lhe trouxe mais segurança para trabalhar e viver com a sua saúde monitorada e bem assistida.

Inclusive, que muitos termos são grafados em linguagem bastante coloquial, usado entre os moradores do campo.

O manual em forma de gibi foi confeccionado a partir das várias pontuações e ponderações resultantes da pesquisa e análise dos dados pertinentes aos riscos e responsabilidades, tanto dos usuários, que são os principais implicados no lidar com os analgésicos e demais fármacos, como também dos profissionais envolvidos na

área. Isto porque atenderá exatamente às necessidades específicas daquilo que o público-alvo precisa. Por isso, o texto será elaborado com criterioso cuidado, focando este ponto. Será também rico em ilustrações e imagens, apontando exemplos e modos de uso.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final desta pesquisa, e depois de realizar todo o trabalho, passa-se às colocações pertinentes, por parte do pesquisador, constando da exposição das etapas da caminhada até este momento de conclusão. Assim, a seguir são feitas as devidas considerações.

Deve-se ressaltar, desde logo, que a automedicação, mesmo trazendo boa contribuição para cuidados com a saúde das pessoas, também pode trazer-lhes danos, ainda que pesquisas brasileiras coloquem este paradoxo em debate, não existem dados que explicitem até que níveis é possível considerar a sua prática sadia ou prejudicial à saúde. Portanto, ratifica-se aqui que a utilização indiscriminada de fármacos, especialmente os analgésicos, são procedimentos altamente perigosos para o agravamento dos sintomas de enfermidades e devem ser combatidos e rejeitados veementemente.

As motivações para a automedicação, diante dos sintomas de dor, passam pelo fácil acesso dos usuários aos medicamentos, isto porque os analgésicos são, em sua ampla maioria, isentos de prescrição médica pelas agências reguladoras da produção e comercialização dos produtos. Tal permissividade conduz à iniciativa das pessoas em compor e manter um estoque domiciliar.

Observa-se, assim, que os analgésicos são a classe de medicamentos que mais se utiliza para a automedicação. Esta é uma constatação feita pela presente pesquisa e análise dos vários trabalhos desenvolvidos e que serviram de base para as discussões aqui presentes. E estes trabalhos também mostram que o nível de escolaridade e a falta de acesso aos serviços de saúde são fatores associados aos motivos para o maior uso de analgésicos para as dores, desde as mais comuns até algumas mais complexas.

Em se tratando da falta de acesso, observa-se que representa um problema que precisa ser enfrentado e contornado, pois a OMS recomenda o uso responsável e equilibrado de medicamentos, no caso da ausência de apoio e atendimento especializado. Deve-se ainda realizar o uso com segurança e cuidados, tendo em vista que medicamentos têm representado a ampla maioria dos motivos para a intoxicação em solo brasileiro. Verifica-se, outrossim, a partir das discussões presentes nesta pesquisa, que a prática indiscriminada da automedicação por analgésicos pode gerar altos riscos, com resultados drásticos.

Os profissionais da área da saúde, especialmente aqueles que lidam mais diretamente com as comunidades nos programas de atendimento às famílias, precisam realizar ações educativas sobre a automedicação e sobre o uso indiscriminado de medicamentos, especialmente os analgésicos. São certamente os médicos da família, os agentes comunitários de saúde e outros parceiros que prestam serviços nos postos de atendimento primário à saúde que podem contribuir para a mudança de postura da população.

Por fim, com base nas percepções do autor, sugere-se que haja a realização de pesquisas e estudos mais aprofundados, buscando uma avaliação mais precisa sobre os impactos da automedicação e do uso indiscriminado de fármacos para a saúde das pessoas. Também deve haver a avaliação mais intensa da racionalidade de tal prática.

## REFERÊNCIAS

- ACKERMANN, L. Automedicação traz riscos à saúde. **O Globo Online**, 5 mar. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/saude/terceiridade/mat/2007/01/18/287460317.asp>. Acesso em: 18 ago. 2019.
- ALVES, D. S. et al. Estudo do uso de analgésico por crianças e adolescentes de uma escola pública. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, v. 13, n. 3, p. 36-42, 2011.
- ARAÚJO, Amanda Luzia de. **Estudos brasileiros sobre automedicação: uma análise da literatura**. 2014. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8734/6/2014\\_AmandaLuziadeAraujo.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8734/6/2014_AmandaLuziadeAraujo.pdf). Acesso em: 02 jun. 2021.
- ANVISA. **Paracetamol**. Disponível em: [http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2009/pdf/bula\\_nova.pdf](http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2009/pdf/bula_nova.pdf). Acesso em: 28 mar. 2014.
- ARAÚJO, A. L. et al. Estudos brasileiros sobre automedicação: uma análise da literatura. **Rev. Bras. Farm**, v. 96, n. 2, p. 1178-201, 2015.
- ARRAIS, P. S. D. et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Rev Saúde Pública**, v. 50, Suppl. 2, p. 1-11, 2016.
- ASCARI, R. A. et al. Estratégia saúde da família: automedicação entre os usuários. **Revista Uningá**, v. 18, n. 2, p. 42-7, 2014.
- AUTA, A. et al. Medicine vendors: Self-medication practices and medicine knowledge. **N Am J Med Sci**, v. 4, n. 1, p. 24-8, 2012.
- BARSANTE, D. J. Costa. **Automedicação: proposta de um jogo paradidático na educação de jovens e adultos**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências). Universidade Federal de Ouro Preto, 2019. Disponível em: [https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/11826/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_Automedica%C3%A7%C3%A3oPropostaJogo.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/11826/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Automedica%C3%A7%C3%A3oPropostaJogo.pdf). Acesso em: 21 ago. 2020.
- BÁRTA, R. L.; OLIVEIRA, K. R. A prática da automedicação por funcionários de uma Instituição de Ensino Superior portadores de enxaqueca. **Rev Ciênc Farm Básica Apl**, v. 31, n. 2, p. 183-91, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.916/98**. Aprova a Política Nacional de Medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.
- CASTEL-BRANCO, M. M. et al. As bases farmacológicas dos cuidados farmacêuticos: o caso dos AINEs. **Acta Farm Port**, v. 2, n. 2, p. 9-27, 2013.
- DALL'AGNOL, R. S. A. **Identificação e quantificação dos problemas relacionados com medicamentos em pacientes que buscam atendimento no serviço de emergência do HCPA**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, 2004.

DEMÉTRIO, Gabriela da Silva. Prevalência de automedicação para tratamento de dor em município do sul do Brasil. **Arq. Catarin. Med.** 2012; 41(3): 54-59.

DOMINGUES, P. H. F. et al. Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 319-30, 2017.

DRESCH, A. P. **Caracterização do nível de conhecimento sobre medicamentos prescritos e prevalência de automedicação por pacientes ambulatoriais odontológicos**. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ELY, L. S. et al. Uso de anti-inflamatórios e analgésicos por uma população de idosos atendida na Estratégia Saúde da Família. **Rev Bras Geriatr Gerontol**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 475-85, 2015.

FERNANDES, W. S.; CEMBRANELLI, J. C. Automedicação e o uso irracional de medicamentos: o papel do profissional farmacêutico no combate a essas práticas. **Revista Univap**, São José dos Campos, v. 21, n. 37, p. 5-12, 2015.

FRANCO, I. S.; RANGEL, N. P.; MELLO JÚNIOR, S. E. Avaliação da automedicação em universitários. In: VI EPCC. **Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar**. Maringá: Cesumar, 27 a 30 de outubro de 2009.

GAMA, Alan Santiago Muri et al. Automedicação entre acadêmicos de enfermagem em uma instituição particular de Ensino. **Revista Científica Interdisciplinar**, n. 2, volume 3, Abril/Junho 2016.

GAMA, Abel Santiago Muri; SECOLI, Silvia Regina. Práticas de automedicação em comunidades ribeirinhas na Amazônia brasileira. *Rev. Bras. Enferm.* 2020; 73(5): Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0432>. Acesso em: 01 jun. 2021.

FERNANDES, Fábio Alves **Automedicação: o uso indiscriminado de medicamentos**. 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/330601103\\_AUTOMEDICACAO\\_O\\_USO\\_I\\_NDISCRIMINADO\\_DE\\_MEDICAMENTOS](https://www.researchgate.net/publication/330601103_AUTOMEDICACAO_O_USO_I_NDISCRIMINADO_DE_MEDICAMENTOS). Acesso em: 01 jun. 2021.

GOVERNO O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Cuidados com a automedicação. 2017. Disponível em: <https://farmaciacidade.es.gov.br/Not%C3%ADcia/cuidados-com-a-automedicacao>. Acesso em: 16 abr. 2021.

HUGHES, C. M. Monitoring self-medication. **Expert Opin Drug Saf**, v. 2, n. 1, p. 1-5, 2003.

INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E QUALIDADE – ICQT. **Pesquisa Automedicação no Brasil** 2018. disponível em: <https://www.ictq.com.br/pesquisa-do-ictq/871-pesquisa-automedicacao-no-brasil-2018>. Acesso em: 20 ago. 2019.

KOVACS, F. T; BRITO M. F. M. Percepção da doença e automedicação em pacien-



tes com escabiose. **An Bras Dermatol**, v. 81, n. 2, p. 335-40, 2006.

LIMA, M. G. et al. Indicadores relacionados ao uso racional de medicamentos e seus fatores associados. **Rev Saúde Pública**, v. 51, Suppl. 2, p. 1-23, 2017.

MARCONATO, F. B. As atribuições do farmacêutico na política nacional de medicamentos. **Rev Informa**. V. 18, nº 3/4, p. 28-31, 2006.

MARIN, N. et al. **Assistência farmacêutica para gerentes municipais**. 20.ed. Rio de Janeiro: OPAS/OMS, 2003.

MARTINS, M. C. C. et al. Uso de medicamentos sem prescrição médica em Teresina, PI. **Conscientiae Saúde**, v. 10, n. 1, p. 31-7, 2011.

MOTA, P. M. et al. Estudo sobre a utilização de anti-inflamatórios não esteroidais prescritos em receitas para idosos da região Noroeste Paulista. **Rev Ciênc Farm Básica Apl**, v. 31, n. 2, p. 157-63, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **A busca pelo uso responsável de medicamentos**: Compartilhando e aprendendo com as experiências dos países: Estabelecimento de políticas para um atendimento de saúde. Genebra: OMS, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Promover o uso racional de medicamentos**: Componentes principais. Perspectivas Políticas da OMS sobre Medicamentos. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

PIOTTO, F. R. et al. Prevalência da dor e do uso de analgésicos e anti-inflamatórios na automedicação de pacientes atendidos no Pronto-Socorro Municipal de Taubaté. **Rev Dor**, v. 10, n. 4, p. 313-7, 2009.

PRADO, M. A. M. B. et al. Uso de medicamentos prescritos e automedicação em homens. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 19, n. 3, p. 594-608, 2016.

REDENNA, L. Uso racional de medicamentos: é possível promover. **Pharma Tutor**, v. 2, n. 4, p. 43-9, 2014.

SILVA, J. R. **Estudo da relação estrutura e atividade de derivados do paracetamol e pirazolonas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SILVA, R.; SCHMIDT, O. F.; SILVA, S. Polifarmácia em geriatria. **Rev AMRIGS**, v.36, n. 5, p. 164-1, 2012.

SKINNER, M. A literature review: Polypharmacy protocol for primary care. **Geriatr Nurs**, v. 36, n. 5, p. 367-71, 2015.

SOUSA, H. W. O.; SILVA, J. L.; SOUZA NETO, N. A importância do profissional farmacêutico no combate à automedicação no Brasil. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 5, n. 1, p. 67-72, 2008.

THAPA, S. et al. Promoting rational self-medication of nonsteroidal anti-inflammatory drugs in Nepal. J. **Dermatol Venereol Leprol**, v. 7, n. 2, p. 61-6, 2016.

VÍTOR, R. et al. Padrão de consumo de medicamentos sem prescrição médica na cidade de Porto Alegre, RS. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, Su-pl. 1, p. 737-43, 2008.

WANNMACHER, L. Paracetamol versus Dipirona: como mensurar o risco? OPAS. Uso racional de medicamentos. **Temas Selecionados**, Brasília, v. 2, n. 5, p. 1-7, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – PROUTO FINAL: SEU ROMÃO E A AUTOMEDICAÇÃO**







